

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 75.ª Reunião Ordinária - 10/05/2017 - 9 h

Parque da Cidade / DAE - Jundiaí/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antonio Aparecido Zampronio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T)
	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
CATI / SAA	Henrique Bellinaso (T)
CETESB	Antonio Carlos Bordignon Júnior (S)
Cooperativas de Holambra	Geraldo Eysink (T)
	Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE Jundiaí	Cláudia Debroy de Campos (S)
	Maria Carolina H. D. e Simões (T)
DAEE	Arthur Pelegrin (R)
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Júnior (S)
Fundação José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
IAC/APTA/SAA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
INEVAT	Claudia Grabher (T)
	Francisco Antonio Moschini (S)
Instituto Zootecnia	João José A. de Abreu Demarchi (T)
Odebrecht	Sthefany Kuhl (S)
Ambiental Limeira	Laila Fernanda Bortolan (S)
P.M. de Americana	Eliel Giraldeoli (R)
	José Norberto (R)
P.M. de Itatiba	Mônica Del Nero (T)
	Jezebel Azevedo (S)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granghelli (T)
P. M. de Vinhedo	Rosângela A. M. N. Grigolito (T)
	Maria Doralice Ramos M. Prebianqui (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Sumaré	Alan Lourenção (T)
	Habib Jorge Goraieb (S)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
	Amanda Alves de Lima (S)
SMA/CBRN	Natália Gomes Fernandes Branco (T)

Convidados	
Entidade	Representante
DAE Jundiaí	Carlos Eduardo M. Pereira
	Marina Ribeiro
	Nathaly Gabriele de Almeida

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta, anexos diversos e a convocação da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica por meio de mensagem eletrônica antes da realização da reunião ordinária para apreciação e manifestação. **2. Abertura da 75ª Reunião Ordinária (Itens 1 e 2 da pauta):** A abertura da reunião foi realizada às 9:30 h pela Sra. Cláudia Grabher (INEVAT), coordenadora da CT-RN, dando boas-vindas a

todos os presentes e agradecendo a disponibilidade do espaço para a realização da reunião, elogiando as melhorias realizadas desde a última reunião da câmara em Jundiaí. Passou a palavra para nossa anfitriã a Sra. Maria Carolina H. M. e Simões (DAE de Jundiaí) que relembrou a importância do Parque (<http://parquedacidade.jundiai.sp.gov.br/>) para Jundiaí e todo o esforço despendido para sua concretização desde o EIA-RIMA da represa e as compensações realizadas para sua construção. Lembrou que a região está localizada dentro de uma APA e que são aproximadamente 30 anos de esforços conjuntos para que estas melhorias ambientais fossem possíveis. O **Parque da Cidade**, desenvolvido e construído pela DAE Jundiaí, empresa responsável por sua manutenção, foi inaugurado oficialmente no dia 21 de abril de 2004, e tornou-se um dos cartões postais de Jundiaí. É uma das atrações preferidas da população da cidade e região para aproveitar os finais de semana e feriados. Em média, o Parque da Cidade recebe 500 pessoas durante a semana e nos finais de semana e feriados aproximadamente 5 mil. O espaço de 500 mil metros quadrados conta com atrações para toda a família e surpreende por suas belezas naturais. Mas mais do que oferecer lazer e qualidade de vida à população, foi construído para evitar a ocupação irregular no entorno da represa que abastece o município de Jundiaí. Atualmente o município trata todo o esgoto coletado, que somado ao primeiro reenquadramento de um rio (Jundiaí) para a Classe 3, atendendo principalmente os municípios de Indaiatuba e Salto, além do próprio município de Jundiaí, dá à cidade um pioneirismo e um protagonismo na área ambiental muito importante para os Comitês PCJ. O Sr. Antonio Carlos Bordignon Júnior (CETESB), que também participou das discussões técnicas desde o início das atividades, salientou a importância do parque para a cidade e do reenquadramento do Rio Jundiaí, este até assunto do programa televisivo Fantástico, devendo o tema ser levado ao Fórum Mundial da Água que será realizado em março de 2018. A Sra. Cláudia (coordenadora) e o Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) aproveitaram para comentar sobre o Plano de Mídia da Agência PCJ e o interesse de elaboração de ações de comunicação no mês de junho com o tema do reenquadramento do rio, devendo o DAE, a Prefeitura de Jundiaí, a Agência PCJ e a empresa contratada (Shout), discutirem as ações com rapidez devido ao curto espaço de tempo. O Secretário Demarchi enviará os contatos por e-mail, sendo que a Sra. Ivanise (Agência PCJ) é a responsável pela centralização e organização destas ações de mídia. **3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária anterior (74ª) - Item 3 da pauta:** O secretário Sr. João Demarchi, em função do não envio da ata antecipadamente por e-mail, fez a leitura da mesma, que após algumas correções e sugestões feitas pelos presentes, foi aprovada. Releu a lista de informes enviados por e-mail aos membros da câmara técnica, sendo: Informe 1 - Cursos e Treinamentos 2017 - CETESB; Informe 2 - IX Seminário sobre Conservação do Solo e Proteção dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 75.^a Reunião Ordinária - 10/05/2017 - 9 h

Parque da Cidade / DAE - Jundiaí/SP

Recursos Naturais - IAC, de 11 e 12 de abril no Instituto Agrônomo em Campinas - SP; Informe 3 - Palestra sobre Sistema de Informações Rurais PDAM 2.1. - IEA - São Paulo - SP, no dia 29 de março de 2017; Informe 4 - Workshop: Conservação do Solo e da Água na Bacia do Rio do Peixe - 16/05/2017; Informe 5 - Convocação para Reunião de Posse dos novos membros e eleição CT-RN, no dia 08/06/17 às 14:30 h Local: Engenho Central - Piracicaba - SP; Informe 6 - Duas indicações feitas em 2017 pela CT-RN para o curso de PG em Gerenciamento de Recursos Hídricos na FUMEP em Piracicaba; Informe 7 - Documentos do GAEMA recebidos (Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PAA) nº 43.1096.0000001/2017-7) e Informe 8 - Sugestões da CT-RN para o IV Workshop de Águas Subterrâneas encaminhado para o grupo organizador do evento. **4. Avaliação conjunta das ações do último biênio da CT-RN - Item 4 da pauta:** AO Sra. Cláudia, coordenadora da CT-RN no biênio 2015-2017 fez uma breve apresentação dos resultados obtidos em relação aos objetivos inicialmente propostos (Plano de Trabalho da CT-RN), salientando: **Atividade 1 - A atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal das Bacias PCJ.** O processo envolveu a elaboração de um TR (Termo de Referência) para contratação de uma empresa que propusesse uma metodologia para atualização do Plano Diretor Florestal, vencida pelo IPEV (Piracicaba), que após a realização de estudos e diversos workshops, propôs uma metodologia de priorização de áreas para recomposição florestal que culminou com elaboração de um novo TR já licitado e vencido pela empresa IRRIGART, que durante este mês de maio iniciará as atividades. No próximo biênio 2017/19 será exigida a formação de um GT de Acompanhamento (CT-Rural + CT-RN), portanto essa atividade nº 1 deve continuar até que a empresa apresente o Plano Diretor Florestal atualizado. As metas desta atividade foram consideradas atingidas com sucesso. **Atividade 2 - Proteção e Recuperação da Bacia Hidrográfica do Bom Jardim (Valinhos e Vinhedo).** O processo envolveu a parceria com o GAEMA de Campinas (Dr. Rodrigo), sendo que ainda continua o processo de elaboração do PDPA/APRM. O TR para elaboração do PDPA e posteriormente a APRM já está concluído. Há apoio da Prefeitura de Vinhedo, aqui representada pelas Sras. Rosângela Grigolletto e Maria Doralice Prebianque. Apesar do esforço despendido até o presente momento, o processo ainda não foi concluído, devendo esta ação ser continuada na próxima gestão para acompanhamento da sua elaboração e aprovação no âmbito dos Comitês PCJ e envio para a Assembleia Legislativa para aprovação da APRM. Considera-se que no âmbito da CT-RN as metas foram concluídas com êxito. **Atividade 3 - Fomento e apoio para proteção da Bacia Hidrográfica do Córrego dos Cavalheiros em Analândia.** O processo, apesar de bastante antigo, conseguiu avanços, apesar de não obter o apoio que se entendia necessário do GAEMA de Piracicaba conforme

inicialmente proposto e que vem sendo visto para o Bom Jardim em relação ao GAEMA Campinas. Apesar disso, através de ações recentes da Política de Recuperação dos Mananciais e GT-Mananciais a elaboração e licitação dos PIP's foram conseguidas, esperando-se avanço execução dos mesmos. A continuidade de acompanhamento desta atividade pode ser feita pelo GT-Mananciais. A Sra. Cláudia Grabher enfatizou que as ações conjuntas entre as Câmaras Técnicas CT-RN e CT-Rural tem sido determinantes para que as ações propostas inicialmente tenham alcançado o êxito identificado. **4 - Adaptação do Código Florestal para as Bacias PCJ.** Essa atividade não logrou êxito, mas no entender da coordenadora, poderia ser retomada. O Sr. Bordignon (CETESB) entende que essa ação é praticamente impossível frente aos percalços políticos (precisa do aval do Governador) e financeiros a serem enfrentados. No entanto, o Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra) e outros entendem que esse maior rigor da legislação pudesse acontecer dentro dos municípios que reconhecessem a importância dessa necessidade de maior preservação. O Programa II da Política referente ao PSA poderia ser uma forma de conseguir uma legislação municipal mais restritiva. O Sr. Rinaldo lembrou o caso de Nova Odessa que tem uma legislação que exige mais 50 m nas nascentes para todas as situações, mais restritiva que o Código Florestal. O Programa Nascentes, o CAR/PRA e a Resolução SMA 07/2017 de alguma maneira já contribuem para aumento o potencial de restauração em áreas mais críticas como as Bacias PCJ. A continuidade desta atividade pode ser feita pelo GT-Mananciais ou por um pequeno grupo de acompanhamento da Resolução da SMA 07/2017. **5 - Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ.** A ação combinada da Agência PCJ, CT-Rural e CT-RN tornou essa atividade extremamente exitosa, desde a publicação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/2015, de 23/10/2015, constituição do GT-Mananciais e a sua atuação visando a definição dos procedimentos a serem adotados para os diferentes programas, que culminou com a aprovação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 270 de 31/03/2017, que alterou a Deliberação dos Comitês PCJ nº 238/2015, de 23/10/2015. Os projetos de Holambra, Limeira, Analândia e São Pedro foram priorizados e começaram a virar realidade com a contratação dos PIPs (Plano Integral de Propriedades) e da formação das UGP's (Unidades de Gestão de Projetos), além do fortalecimento dos municípios que já tinham suas ações em andamento como o exemplo de Jaguariúna. O acompanhamento desta atividade será feita pelo GT-Mananciais (CT-Rural e CT-RN), portanto será mantida para o próximo biênio. **6 - Outorga do Sistema Cantareira.** Apesar de todo comprometimento e esforço das câmaras técnicas, a decisão foi política e feita por pressões comerciais, desrespeitando as proposições feitas pelos Comitês PCJ, gerando inclusive muito desânimo e redução da participação dos seus membros, especialmente da sociedade civil, ferindo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 75.^a Reunião Ordinária - 10/05/2017 - 9 h

Parque da Cidade / DAE - Jundiaí/SP

os princípios de uma gestão descentralizada e participativa dos Comitês de Bacias. O governo priorizou os projetos de reservatórios e as interligações entre os mesmos, e de certa forma contou também com o restabelecimento de uma pluviosidade próxima da normalidade para em parte solucionar o problema da escassez hídrica a curto prazo. A Sra. Cláudia comentou que o fato de chuvas nas cabeceiras rapidamente elevar o volume dos rios à jusante não deve ser encarado como positivo, já que isso significa que não está havendo a devida infiltração e retenção de água dentro da bacia hidrográfica, especialmente nos reservatórios do Sistema Cantareira. Novamente foi discutido o problema da falta de condicionantes para as outorgas e da dificuldade em serem colocadas contrapartidas. O coordenador adjunto Sr. Henrique repetiu que há bases legais mais amplas que garantem essa compensação mesmo que não esteja ligada diretamente a outorga. Diversas manifestações (Petrus, Henrique/CATI, Cláudia Campos, Cláudia Grabher, Rinaldo/IAC, Bordignon/CETESB e Maria Carolina) expressaram a ideia de que precisamos enfatizar, cobrar e monitorar as práticas conservacionistas previstas na outorga anterior e onde não houve a recuperação prevista que sejam aplicadas as sanções devidas, especialmente em relação à SABESP. Criou-se o consenso de que apesar do resultado final sobre a nova outorga estar previsto para o dia 26 de maio e pouco deve ser alterado na decisão final, ainda assim a CT-RN deve resgatar documentos gerados como o do Dr. Rinaldo para que a Câmara faça um manifesto formal encaminhado via Comitês PCJ para alertar a sociedade sobre esse problema. O ideal seria que os comitês conseguissem se livrar das questões e pressões políticas. A visão de bacia hidrográfica (territorial) precisa suplantiar as divisões geopolíticas de municípios e Estados, já que há rumores de interesse em separação da porção mineira devido as mudanças políticas em Minas Gerais. Esse assunto (Portaria 1213) sofreu reiteradas prorrogações em função dos problemas políticos e de baixa pluviosidade (escassez hídrica). Acredita-se que a atividade deve ser continuada para monitoramento da situação da recuperação ambiental prevista, ou seja, a efetividade da restauração. Acredita-se que as Resoluções SMA 7/2017 e SMA 20/2017 possam contribuir para essa recuperação, e poderiam ser foco dessa atividade da CT-RN. O Sr. Bordignon comentou sobre a importância do Banco de Projetos e do Banco de Áreas e do casamento desses para ajudar nesse processo de recuperação. A CETESB e o DAEE também precisam trabalhar de forma mais sinérgica, serem mais integrados. 7 - Plano de Bacias. Apesar das impugnações e atrasos no processo de licitação, a empresa vencedora do sul do Brasil já está executando a atualização do Plano de Bacias, inclusive fazendo tomadas aéreas utilizando-se drones em toda a bacia abrangida pelos Comitês PCJ. A contribuição da CT-RN, em parceria com a CT-Rural e CT-EA e outras foi importante e acabou gerando a confecção de Cadernos Especiais, incluindo um Caderno

Especial para a área de Proteção de Florestas, que deve ser uma atividade com continuidade na próxima gestão para acompanhamento da atualização do plano. Fora de atividades programadas formalmente, a Sra. Cláudia ficou extremamente contente com a realização de uma reunião específica sobre a Ictiofauna. Citou o TCC do Leonardo (Agência PCJ) sobre peixes do Rio Piracicaba e dos trabalhos realizados pela EMBRAPA Meio Ambiente. A Sra. Luiza (PUC-Campinas) comentou sobre a dificuldade de fazer esses levantamentos e que está iniciando um em riachos e ribeirões na APA de Campinas mas que até agora só encontrou "Guarus", inclusive em relação à autorização dos proprietários rurais para permitir a entrada nas propriedades rurais. 5. Apresentação: Relatório do II Workshop sobre Áreas Protegidas - Cristiano Krepsky (Mata Santa Genebra) - item 4 da pauta: Não previsto inicialmente como atividade da CT-RN, o assunto acabou gerando uma Atividade 8. Foi criado um GT de Áreas Remanescentes na Bacia sob a coordenação da Mata Santa Genebra, sendo realizado o II Workshop. A ideia original era a de criar uma Rede de Áreas Protegidas visando ajudar na preservação destas áreas, na integração dos seus gestores e representantes, para valorizar e comunicar sobre a importância dessas áreas para a manutenção da biodiversidade e no apoio para elaboração dos respectivos Planos de Manejo, além de eventualmente aumentar a captação de recursos financeiros. Também foram objetivos iniciais a formação de corredores ecológicos entre as áreas protegidas da região e da formação e estímulo às iniciativas municipais. O Sr. Cristiano fez uma breve apresentação das atividades do II Workshop e dos banners confeccionados para cada Unidade de Conservação que foram doados para cada área. O Relatório e a apresentação serão enviados novamente a todos os membros da Câmara Técnica pelo secretário. Como ênfase da sua apresentação, o Sr. Cristiano afirmou que a restauração completa de toda a biodiversidade de áreas reflorestadas conforme proposto na Resolução SMA 32 dependem dos fragmentos florestais, que são fundamentais nesse processo. Agradeceu ao apoio da CT-RN e da Agência, bem como dos demais apoiadores e palestrantes para o sucesso do Workshop. Disse que este assunto precisa estar mais presente nas discussões dos Comitês PCJ, divulgando-se mais o valor dessas áreas. Acredita que seja necessária uma secretaria executiva para esse grupo para que seja obtida uma gestão integrada de todas as Unidades de Conservação. Solicitou que estas informações sejam colocadas no site dos Comitês. O Sr. Geraldo (Cooperativas de Holambra) perguntou se havia um livro ou catálogo das borboletas identificadas na Mata Santa Genebra para auxiliar os interessados. Não há e vários outros presentes manifestaram apoio a possíveis publicações sobre borboletas e peixes (ictiofauna) como indicadores de recuperação ou degradação ambiental. Ainda não foi possível criar um grupo fortalecido de gestores de UC (Rede

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 75.^a Reunião Ordinária - 10/05/2017 - 9 h

Parque da Cidade / DAE - Jundiaí/SP

do Corredor Central da Mata Atlântica), principalmente porque a maioria destes servidores tem uma sobrecarga de trabalho local e dificilmente consegue sair da unidade para outras atividades. Considerou-se que esta atividade foi plenamente realizada, devendo ser mantida para o próximo biênio para complemento dos seus propósitos. **6. Palavra Aberta / Propostas para a nova coordenação da CT-RN - biênio 2017/2019 - itens 5 e 6 da pauta:** O coordenador adjunto Henrique (CATI) comentou sobre participação da CATI/SAA nos Comitês PCJ e do apoio institucional que tem tido, inclusive porque há um Termo de Colaboração entre a Agência PCJ e a SAA. Pode também ser um elo entre a SMA e a SAA. Sobre um aumento da participação dos municípios nas câmaras técnicas comentou sobre alteração no Programa Município Verde Azul que incentivará mais a participação dos técnicos das prefeituras pela pontuação agora concedida. Também acredita que o Programa Nascentes, que se tornará federal, também poderá contribuir para essa maior participação. Sugeriu uma melhor visualização das instituições que são membros das câmaras técnicas. A Dra. Luiza (PUC-Campinas) também enfatizou que os pró-reitores reconhecem a importância da participação dos professores nas câmaras técnicas. Sugeriu que fosse enviada uma carta pedindo representação das diversas faculdades, o que incentivaria e geraria uma demanda para os diretores. Acredita que a participação na CT-RN amplia o conhecimento, cria uma nova *network* e diferentes olhares sobre os nossos problemas. O Plano de Mídia da Agência PCJ, em discussão, poderia se aproveitar dessa ideia para enviar um material de comunicação para as universidades e os municípios. O Sr. Petrus (Cooperativas Holambra) disse que o trabalho nas câmaras técnicas leva mais realidade para dentro da Agência, aprimorando os seus processos e aumentando a sua eficiência no uso dos recursos gerados pela cobrança. Bordignon (CETESB) enfatizou a importância de eventos de aproximação com as universidades, como os cursos de biologia, engenharia ambiental, arquitetura e urbanismo, citando a FAJ, UNICAMP, PUC-Campinas, Anchieta, ESALQ e outras. O Sr. Francisco (INEVAT) afirmou que a CT-RN funciona, porque ela tem objetivos e coordenação. Acredita que a aproximação com o MP (GAEMAS de Campinas e Piracicaba) seja muito importante. O Sr. Geraldo (Cooperativas de Holambra) disse que tem muita motivação para participar da CT-RN, que sai da zona de conforto e encontra pessoas que pensam diferente, mas tem um objetivo comum. Há espaço para colocar opiniões, e portanto, voltamos para casa mais ricos. Entretanto acho que precisamos divulgar mais nossas atividades, que podemos ser mais influentes na sociedade se falarmos mais sobre as nossas atividades. Endossou a questão de apoiarmos a publicação de livros sobre borboletas e a ictiofauna, que são a garantia de integridade dos sistemas. O Sr. Francisco lembrou o desaparecimento dos peixes na região. O Sr.

Cristiano (Mata Santa Genebra) disse que pela diversidade de pessoas na câmara técnica seja muito importante deixar claro quais são os objetivos e o plano de trabalho. É um fórum para preparar e amadurecer as discussões. A Sra. Maria Carolina (DAE Jundiaí) disse que é comum saber das coisas em primeira mão nas reuniões da Câmara e que endossa tudo o que já foi dito e comentado. O Sr. Zampronio (SABESP) disse que as atividades da câmara juntam teoria e prática, e que como fiscal de reflorestamentos pode mostrar resultados muito bons de restauração. O “ver como faz” associado com as teorias é muito bom. O Sr. Antônio Álvaro (Instituto Florestal) está aprendendo como as câmaras funcionam e como podem atuar e que seria muito interessante uma apresentação sobre o assunto. A Sra. Cláudia Grabher disse que na próxima reunião de posse dos novos membros esta apresentação é sempre feita. O Dr. Rinaldo (IAC/APTA/SAA) disse que aqui é um lugar para colocarmos nossas ideias, é um excelente fórum e que deu uma guinada nos seus conhecimentos com o que tem aprendido com o Bordignon (CETESB), Natália (SMA/CBRN) e Henrique (CATI). Como sugestão, acredita que seja possível aproveitar mais o potencial dos membros da câmara técnica, talvez um informativo sobre as instituições, apresentações nas reuniões, como no passado já foi tentado. A Dra. Luiza disse que todos têm conhecimentos básicos para embasar as discussões e que ninguém se manifesta com “achômetros” e que isso seria muito bom para a formação dos estudantes. Também foi sugerido pela Alan Lourenção (PM de Sumaré) a criação de um whatsapp para a CT-RN, mas com regras claras para que não caiamos na vala comum das mensagens diárias desnecessárias que apenas nos façam perder tempo. Disse que aplica os conhecimentos adquiridos na CT-RN nos municípios. Que isso acaba induzindo a legislação municipal sobre o assunto. Também foi comentado sobre decreto do governador para priorizar recursos ou investimentos em determinadas áreas, como o Bom Jardim por exemplo. Da mesma forma o objetivo da revisão do Plano Florestal é determinar prioridades para a restauração florestal em áreas críticas das bacias. O DATAGEO, a Resolução SMA 7/2017, o Programa Nascente, o CEPAM (Instituto Faria Lima) também são instrumentos que podem ser utilizados no Plano Diretor para aumentar os resultados produzidos em restauração florestal. O Sr. Francisco comentou sobre o TAC da empresa ALCATEX e dos impactos ambientais provocados por essa empresa nos rios da região. O Sr. Bordignon comentou que através de informações do Sr. Domênico (Gerente Geral da CETESB de Campinas) é que tem havido melhorias significativas com esse TAC, mesmo que lentas, para o Baixo Jundiaí. **7. Encerramento (item 7 da pauta):** Finalizando a reunião, foram distribuídos para todos os presentes um exemplar da 10ª edição do Jornal +Notícias Ambientais, uma iniciativa de educação ambiental do Jornalista Juan Piva e do Pesquisador Científico João

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 75.ª Reunião Ordinária - 10/05/2017 - 9 h

Parque da Cidade / DAE - Jundiaí/SP

Demarchi, secretário da CT-RN, para conhecimento de todos. O Sr. Francisco Antônio Moschini (INEVAT) também distribuiu aos presentes um exemplar do seu livro sobre A Água nas Escrituras, que representa a sua atração e experiência de vida com o tema água. Sem mais assuntos a tratar, a coordenadora da CT-RN, Cláudia Grabher (INEVAT), encerrou a reunião às 12h40min agradecendo a presença, e principalmente, pelas boas contribuições e intensa participação dos membros em todas as reuniões e em especial neste momento de avaliação da sua gestão. Fez esse agradecimento em nome do Coordenador Adjunto Henrique (CATI/SAA) e do secretário João Demarchi (IZ/SAA).

Cláudia Grabher
Coordenadora da CT-RN

Henrique Bellinaso
Coordenador adjunto da CT-RN

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário da CT-RN